

## ELEIÇÕES

# Ciro é necessário na terceira via, diz Tebet

Pré-candidata ao Planalto, senadora afirma que pedetista tem de entrar na discussão

» ISABEL DOURADO\*

Pré-candidata à Presidência da República pelo MDB, a senadora Simone Tebet disse ser necessário chamar o ex-governador Ciro Gomes (PDT), também postulante ao Planalto, para conversar a respeito de uma chapa única da terceira via. “Eu o considero um grande quadro, que tem coragem de falar o que pensa. A gente pode não concordar com tudo que ele apresenta, principalmente na pauta de economia, mas tem a grandeza de dizer o que está em risco no Brasil, consegue apontar os erros”, argumentou a parlamentar, durante sabatina da RedeTV.

Ciro Gomes foi o único pré-candidato poupado de críticas por Tebet ao longo do evento. Já o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL) — líder e segundo colocado nas pesquisas de intenção de voto — foram alvos constantes da senadora. “A democracia brasileira merece alternativas. Ela está sendo testada dia a dia pelo presidente”, afirmou.

Tebet frisou que Lula é uma incógnita. “Nós não sabemos que PT é esse e que Lula está vindo aí. É um Lula que acabou de sair da prisão, que se sente mártir de um processo político, que começa a radicalizar nas ideias”, ressaltou.

Questionada sobre a falta de consenso dentro do próprio partido sobre seu nome para a corrida presidencial, Tebet sustentou que representa “o MDB raiz de Ulysses Guimarães”. “O partido é o reflexo da sociedade, e, hoje, temos um país polarizado”, disse.

A presidenciável disse, também, que os presidentes do MDB, PSDB e União Brasil serão responsáveis por estabelecer critérios para definir o nome que encabeçará

Waldemir Barreto/Agência Senado



Tebet frisou que cúpulas do MDB, PSDB e União Brasil definirão critérios para chapa única

## » Cai vantagem de Lula sobre Bolsonaro

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem nove pontos de vantagem sobre o presidente Jair Bolsonaro (PL), segundo pesquisa FSB/BTG, divulgada ontem. O petista aparece com 41% das intenções de voto, enquanto o chefe do Executivo tem 32%. A distância entre ambos era de 14 pontos em março. Em seguida aparecem Ciro Gomes, do PDT (9%); André Janones, do Avante (3%); João Doria, do PSDB (3%); Simone Tebet, do MDB (1%); e Vera Lucia, do PSTU (1%).

a disputa ao Planalto. A declaração ocorreu quando foi questionada sobre a razão para o adiamento do jantar que ocorreria, hoje, em São Paulo para definir as regras e o calendário do colegiado.

Uma nota divulgada pela assessoria do ex-governador de São Paulo João Doria (PSDB) informou que o encontro foi adiado a pedido de Tebet e de Luciano Bivar — presidente do União Brasil e pré-candidato ao Planalto.

A senadora respondeu, na entrevista, que não sabe o porquê de o encontro ter sido cancelado, mas disse que já tinha compromissos marcados em Brasília e que Bivar está em viagem ao exterior.

“Foi uma das razões do cancelamento. Mas é importante

dizer que nós não precisamos estar nesse jantar. Quem tem de decidir qual é o critério a ser adotado, se vai ser uma pesquisa qualitativa, quem é o mais rejeitado, quem está despontando nas pesquisas”, comentou. “Quem vai escolher qual é o critério da escolha do pré-candidato são os presidentes de partido, porque é assim que reza a nossa regulamentação eleitoral e partidária.”

A senadora declarou que deu uma procuração em branco para o presidente do MDB, Baleia Rossi, “que é quem tem a legitimidade de, junto com os demais partidos, escolher um critério”. “Não serão os pré-candidatos a definir esses critérios”, completou. (Com Agência Estado)

# Moro se coloca mais longe da corrida

» ISABEL DOURADO\*  
» VICTOR CORREIA

O ex-ministro Sergio Moro (União Brasil) afasta cada vez mais a possibilidade de concorrer nas eleições deste ano. Ele afirmou, ontem, que seu papel no partido é de “ajudar a romper com a polarização”.

“Em relação a eventual outra candidatura, isso é uma questão que a gente ainda está discutindo. Pode ser que eu não seja candidato a nada”, disse, em entrevista ao portal UOL. “Eu vim com o objetivo de ajudar a romper a polarização e a colocar o Brasil no caminho certo.”

Então terceiro colocado nas pesquisas de intenção de voto, empatado com Ciro Gomes (PDT), ele havia trocado o Podemos pelo União Brasil, no fim de março, com discurso de candidato, mas foi reprimido pelos novos correligionários. Uma ala da sigla chegou a emitir nota descartando qualquer chance de que o ex-juiz disputasse o Planalto.

Em 14 de abril, o União Brasil indicou o presidente da sigla, Luciano Bivar, como o nome do partido para a corrida eleitoral. A legenda negocia com o PSDB, cujo pré-candidato oficial é João Doria, e com o MDB, de Simone

Tebet, uma candidatura única. Moro foi sucinto ao falar sobre a decisão da legenda. “O partido escolheu Luciano Bivar como pré-candidato da República, e essa decisão tem que ser respeitada”, frisou.

Sobre os pré-candidatos que lideram as pesquisas — o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Jair Bolsonaro —, ele foi categórico: “Não vejo nem Lula nem Bolsonaro com credenciais suficientemente democráticas”. Para o ex-juiz, na eleição de qualquer um deles, “o país não se estabiliza, e nós corremos o risco de caminhar numa direção errada”.

## “Mal-entendido”

Moro classificou como um “mal-entendido” a crise entre o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), e o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio, após declaração do magistrado de que as Forças Armadas estão sendo orientadas para atacar o processo eleitoral brasileiro. “Acho que esse episódio é todo um mal-entendido e que não vale essa escalada”, destacou.

\* Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

# EUA confiantes na democracia brasileira

» ROSANA HESSEL

Em meio ao clima de tensão entre o governo Jair Bolsonaro (PL) e o Supremo Tribunal Federal (STF), autoridades norte-americanas em visita ao Brasil defenderam o respeito à democracia e demonstraram confiança nas instituições brasileiras neste ano eleitoral.

“O Brasil e os Estados Unidos são duas democracias fortes, com o compromisso de manter a democracia para os nossos povos. E temos uma confiança muito forte nas instituições democráticas brasileiras. Esperamos que os brasileiros também tenham e que o voto seja livre e justo”, afirmou a subsecretária para Assuntos Políticos dos Estados Unidos, Victoria Nuland, ontem, a jornalistas.

Ao lado do subsecretário de Estado para o Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente dos EUA, José W. Fernandez, Nuland contou que a visita deles ao Brasil marca uma retomada

Ed Alves/CB/D.A Press



Nuland (D): “Vocês (brasileiros) precisam confiar no sistema também”

do Diálogo de Alto Nível entre autoridades dos dois países. Do lado brasileiro, a delegação do Ministério das Relações Exteriores foi liderada pelo secretário de Américas, Embaixador Pedro

Miguel da Costa e Silva. “Trata-se do mais abrangente mecanismo de diálogo entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Departamento de Estado dos EUA. O Diálogo

conta com três eixos temáticos: apoio à governança democrática; promoção da prosperidade econômica; e fortalecimento da cooperação em defesa e segurança e promoção da paz e do primado do Direito”, informou a nota divulgada pelo Itamaraty após o encontro.

Victoria Nuland confirmou que as eleições brasileiras de outubro foram um dos temas da conversa. Ela fez questão de afirmar que confia no sistema de urnas eletrônicas nacional. “Temos, sim, confiança no sistema, e vocês (brasileiros) precisam confiar no sistema também”, afirmou, em tom categórico. “As campanhas são abertas e o debate sempre faz parte das eleições.”

Nuland reconheceu que houve um retrocesso nos hemisférios e que a democracia está passando por um novo teste. “Agora, é importante ter confiança nos sistemas para mostrar como a democracia brasileira é forte no Cone Sul”, disse.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



# O caso Silveira e o devido processo legal

Como todos sabem, os tempos da política são diferentes no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Lidar com isso é ciência e arte. O presidente Jair Bolsonaro foi rápido como o ponteiro dos segundos ao perdoar o deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), condenado a oito anos e nove meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal, livrando-o da cadeia, das multas e da cassação de mandato, cuja sentença fora aprovada por acachapante maioria de 10 a 1. O artigo 734 do Código de Processo Penal confere ao presidente da República o poder de conceder esse perdão, “espontaneamente”. A cúpula do Congresso acompanha o imbróglio com um olho na opinião pública e o outro na execução das emendas ao Orçamento, no ritmo do ponteiro dos minutos.

Protegido por Bolsonaro, Silveira tripudia do Supremo, que o obrigou a usar tornozeleira eletrônica: o aparelho está descarregado desde 17 de abril e, a rigor, ninguém monitora o parlamentar. No Congresso, deputados bolsonaristas se mobilizam para aprovar uma lei que anistia os crimes de fake news, reduz o poder de cassação de mandatos do Supremo e possibilita processar os integrantes da Corte. Bolsonaro bate no peito e diz que o perdão (graça) concedido a Silveira será cumprido custe o que custar. O conjunto dessa obra seria a transformação do nosso Estado democrático de direito num regime iliberal. É mais ou menos isso que os partidários de Bolsonaro desejam. Já se mobilizam para uma manifestação pela “liberdade de expressão” no próximo 1º de Maio. O ato é contra o Supremo e está sendo apoiado pelo presidente da República, cuja reeleição está em risco.

O tempo do Supremo é lento como o ponteiro das horas. O Art. 5º da Constituição de 1988 estabelece que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”, que garante a todos o direito a um processo com todas as etapas previstas em lei, dotado de todas as garantias constitucionais. Da mesma forma como protege os réus, faz com que os processos cheguem a um ponto final, nem que seja a prescrição prevista em lei. É considerado o mais importante dos princípios constitucionais, do qual derivam todos os demais.

O conceito remonta à Magna Carta de João Sem Terra, de 1215, e ao *Statute of Westminster of Theo Liberties of London*, a Lei Inglesa de 1354, de Eduardo III. O princípio *law of the land* ou seja, direito da terra, garantia aos cidadãos um justo processo legal. Esse princípio foi consagrado pela Constituição norte-americana e incorporado ao nosso ordenamento jurídico. Garante o interesse público, coíbe o abuso de poder e regula todo o processo criminal, garantindo os direitos de citação, ampla defesa, defesa oral, apresentação de provas, opção de recorrer a um defensor legalmente habilitado (advogado), contraditório, sentença fundamentada etc. Consagra a legalidade e, também, a legitimidade da jurisdição, entendida como “poder, função e atividade”. A jurisdição foi o calcanhar de Aquiles da Lava-Jato.

HÁ UMA CRISE INSTITUCIONAL INSTALADA, QUE OPÕE O PRESIDENTE JAIR BOLSONARO AO SUPREMO, PORÉM, O TEMPO PODE ESVAZIÁ-LA. O RITO JUDICIAL BAIXARÁ A TEMPERATURA

## Temperatura de ignição

O devido processo legal garante ao deputado Daniel Silveira amplo direito de defesa. Por isso, seu julgamento ainda não foi concluído pelo Supremo, que precisa respeitar os ritos e prazos do direito de defesa. É aí que o presidente Jair Bolsonaro pós a carroça à frente dos bois. Ao conceder o perdão, se antecipou à conclusão do julgamento, como bem assinalou o ex-presidente Michel Temer, além de abrir espaço para a contestação de sua decisão, que foi além do que seria sua competência.

O presidente da República não está nem um pouco preocupado com essas filigranas jurídicas, seu objetivo é proteger seus aliados e desmoralizar o Supremo. O problema é que o devido processo legal, nesse caso, passou a funcionar a favor do Supremo, que pode jogar com o tempo para construir uma decisão robusta, com base na Constituição, que frustre a intenção de Bolsonaro.

O Judiciário é uma engrenagem complexa. Ontem, a Justiça Federal do Rio de Janeiro deu um prazo de 72 horas para a União explicar a graça dada a Silveira. O juiz Carlos Ferreira de Aguiar, da 12ª Vara Federal do Rio, atendeu ao pedido dos advogados André Luiz Cardoso e Rodolfo Prado, do Distrito Federal, que querem a suspensão do decreto. Na mesma ação, a Advocacia-Geral da União (AGU) alega que o juiz não tem legitimidade para analisar o caso, pois o tema está em tramitação no Supremo.

O caso Silveira será relatado pela ministra Rosa Weber, a quem caberá oferecer uma solução jurídica para a questão. Sem dúvida, há uma crise institucional instalada, que opõe Bolsonaro ao Supremo, porém, o tempo pode esvaziá-la. Apesar daqueles que querem pôr fogo no circo, é difícil manter a temperatura de ignição. O rito do devido processo legal vai baixar a temperatura.